

Gestão cultural reflexionada a partir de um ponto de vista teórico crítico

Diego Alexandre Divardim de Oliveira

Doutor em Educação

Instituição: Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)

E-mail: dadoliveira@uepg.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3507-6334>

Ana Luiza Ruschel Nunes

Doutora em Educação

Instituição: Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)

E-mail: analuiza@uepg.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7338-1615>

RESUMO

Este artigo tem como objetivo a reflexão crítica sobre a Gestão Cultural e seus atores e seus papéis na sociedade. Partindo da Teoria Crítica como pressuposto teórico, traz a discussão pesquisadores que corroboram para com uma análise e reflexões críticas da cultura e da sociedade, como Botelho (2016), Bourdieu (1989), Bordieu; Passeron (2018), Bourdieu; Darbel (2018), Cauquelin (2005), Chauí (2021;2024), Gaulejac (2023), Gutierrez (1988), Peixoto (2003), Rubim (2022) e Wu (2006). Esta reflexão justifica-se em função de que ao se discutir a gestão cultural é discutir sobre a sociedade e seus aspectos sócio-políticos-culturais, questões fundamentais para se refletir a pós-modernidade, trazendo luz a questões que até então apresentam-se submersas na obscuridade causada por tradições das elites que detém poder econômico e poder simbólico. Assim, discute-se além da gestão cultural e suas dimensões e implicações, o papel do gestor cultural na sociedade, enfatizando a necessidade de seu comprometimento para com a sociedade e para com a democratização legítima da cultura, como agente representante do poder popular atuando idoneamente sempre se pautando pela ética. Salienta-se a importância de desenvolver na sociedade a consciência de que ao se falar em cultura deve-se considerar a sua complexidade, assim como falar em cultura é falar sobre culturas, coletividades, públicos, etc. Conclui-se que este artigo suscita reflexões humanistas contra qualquer forma de utilitarismo neoliberal e contra qualquer forma de violência simbólica.

Palavras-chave: Gestão Cultural. Poder Simbólico. Violência Simbólica.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo tem como **objetivo** incitar os possíveis leitores a uma reflexão crítica sobre Gestão Cultural, mas principalmente reflexionar sobre os gestores culturais e os papéis que exercem e possam vir a desempenhar na sociedade. Os pressupostos teóricos que orientam as reflexões que seguem estão principalmente na Teoria Crítica, a qual constitui uma importante orientação ao pensamento. Também corroboram com as reflexões que seguem importantes pesquisadores como Botelho (2016), Bourdieu (1989), Bordieu; Passeron (2018), Bourdieu; Darbel (2018), Cauquelin (2005), Chauí (2021;2024), Gaulejac (2023), Gutierrez (1988), Peixoto (2003), Rubim (2022) e Wu (2006).

O **delineamento metodológico** está caracterizado por uma pesquisa bibliográfica, na qual o autor

deste artigo reflexiona a partir dos referenciais selecionados em função do potencial reflexivo que apresentam, assim como em função da notória e reconhecida autoridade intelectual de seus autores.

Esta reflexão **justifica-se**, pois, na Pós-modernidade, ao se pensar sobre a gestão cultural é imprescindível considerar o modo como a sociedade está organizada, considerando seus aspectos sócio-político-culturais. Os gestores que se dedicam a este mister precisam reconhecer que não pode existir neutralidade na sua prática, ora, ou se está ao lado dos donos do poder, daqueles que valorizam e zelam por aquilo que consideram erudito e que quando falam em democratização do conhecimento pensam na formação do povo para reconhecerem e apreciarem aquilo que fora instituído como cultura erudita, ou se está ao lado do povo e de seus intelectuais orgânicos que lutam pela cultura popular e pela emancipação dos indivíduos. Neste sentido, os gestores comprometidos com a causa popular necessitam posicionar-se como intelectuais engajados, não como outros intelectuais que evitam atuar no campo da política por acreditarem que estariam desvirtuando a função do intelectual e, por este motivo, muitos acabam se fechando em seus gabinetes e/ou militando único e exclusivamente nas redes sociais, neste último caso, suas ideias circulam dentro de “bolhas” criadas pelo algoritmo.

2 DISCUSSÃO

A teoria crítica corrobora para se pensar sobre a aproximação entre a teoria e a prática, e desta forma, a filosofia precisa colaborar para com a vida prática, assim considera-se que o gestor deve comprometer-se com o a construção do conhecimento, assim como o exemplo de ação intelectual de Paulo Freire e Marilene Chauí, entre outros intelectuais que foram gestores e que servem como exemplo do intelectual como parte de estratégias de poder popular, na contramão do pensamento gerencialista burguês.

Para além do conjunto de técnicas de gestão é preciso considerar que “por trás dos instrumentos, dos procedimentos, dos dispositivos de informação e de comunicação, encontram-se em ação certa visão de mundo e um sistema de crenças” (GAULEJAC, 2007, p.69), neste sentido, o tecnicismo enquanto ideologia dominante se apresenta como um sistema de pensamento racional que

[...] mantem uma ilusão e dissimula um projeto de dominação; ilusão da onipotência, do domínio absoluto, da neutralidade das técnicas e da modelação de condutas humanas; dominação de um sistema econômico que legitima o lucro como finalidade. Esse projeto aparece claramente por meio de mecanismos de poder, dos quais são objeto a formação e a pesquisa em gerenciamento. Na hora da globalização, elas são cada vez mais dominadas por um modelo americano que impõe suas normas ao mundo inteiro (GAULEJAC, 2007, p.69).

Exemplifica esta questão a influência do pensamento neoliberal nas políticas econômicas no Brasil, como a ideia do Estado mínimo, terceirizações, privatizações de empresas estatais, inclusive a privatização da cultura como discute Wu (2006, p. 30) que a “arte contemporânea, ao lado de outros produtos culturais, funciona como moeda de valor simbólico e material para as corporações” e, “para os altos executivos nas

democracias capitalistas ocidentais do fim do século XX” e, ainda podemos acrescentar que isso permanece no século XXI.

De acordo com Gaulejac (2007, p.70),

A serviço do poder gerencialista, a ideologia gerencialista se funda sobre certo número de pressupostos, de postulados, de crenças, de hipóteses e de métodos, dos quais convém verificar a validade. O paradigma objetivista dá um verniz de cientificidade à “ciência gerencial”. Ele se declina segundo quatro princípios que descrevem a empresa como um universo funcional, a partir de procedimentos construídos sobre o modelo experimental, dominado por uma concepção utilitarista da ação e de uma visão economista do humano.

É possível considerar que o paradigma gerencialista tem se apresentado desumano, pois considera os indivíduos enquanto peças dentro de uma espécie de “maquina”, assim, há um processo de desumanização. Ora,

No mundo da racionalidade formal, todas as variáveis não mensuráveis são, de início, colocadas à parte, e depois, de fato, eliminadas. Referimo-nos a um *homo economicus*, indivíduo de comportamento racional, que oferece aos pesquisadores uma comodidade maior: podemos prever seu comportamento, otimizar suas opções, submetê-lo ao cálculo e programar sua existência. Nessa lógica de pensamento, excluimos da análise tudo aquilo que é considerado como irracional, porque não objetável, não mensurável, não calculável. Os registros afetivos, emocionais, imaginários e subjetivos são considerados como não confiáveis e não pertinentes. No limite, eles não existem porque não sabemos atingi-los, analisa-los ou traduzi-los em números. O *homo economicus* pode ser assimilado a um “monstro antropológico habitado por uma suposta racionalidade que reduz todos os problemas da existência humana a um cálculo” (Bourdieu, 2000) (GAULEJAC, 2007, p.71).

Gaulejac (2007, p.79) acrescenta que a “gestão se tornou a ciência do capitalismo, subentendida por uma vontade de domínio que se apresenta como fundamentalmente racional. Esse domínio não tem em vista apenas o campo da economia, mas da sociedade inteira”. Neste íterim, considera-se de suma importância que os gestores culturais sejam intelectuais críticos, atentos aos anseios e necessidades da sociedade e principalmente sensíveis às questões que dizem respeito aqueles que até hoje estão marginalizados pelo sistema hegemônico.

O gestor cultural não pode se comportar como agente do sistema econômico neoliberal, como um racionalista entusiasta de um paradigma utilitarista que “transforma a sociedade em máquina de produção e o homem em agente a serviço da produção. A economia se torna a finalidade exclusiva da sociedade, participando da transformação do humano em “recurso”” (GAULEJAC, 2007, p.79).

Considerando a importância do ser humano e o papel do gestor cultural na sociedade, é oportuno considerar que de acordo com a dimensão antropológica,

[...] a cultura se produz pela interação social dos indivíduos, que elaboram seus modos de pensar e sentir, produzem seus valores e encontram espaço para a construção de suas identidades e diferenças. Nesse plano, pode-se dizer que cultura é tudo o que o ser humano elabora e produz em nível tanto simbólico quanto material. Ela é também o espaço essencial da qualidade de vida e do e do exercício

da cidadania (BOTELHO, 2016, p.41).

Outra questão fundamental da dimensão antropológica da cultura, é que esta dimensão

[...] está presente em todos os aspectos da vida humana, ela não pode ser de exclusiva responsabilidade do setor cultural no aparato de governo. O setor específico da cultura tem um papel a cumprir, mas muitas das decisões que afetam diretamente a área cultural são tomadas em outras instancias do governo. Em outras palavras, a cultura, nessa dimensão, deve ser uma diretriz do governo em seu conjunto, não apenas uma preocupação do setor responsável por ela. Tal afirmação vale para os três níveis de governo: o municipal, o estadual e o federal (BOTELHO, 2016, p.42).

Botelho (2016, p.42) aponta que além da dimensão antropológica da cultura, existe uma segunda dimensão não menos importante, a qual considera como uma dimensão mais restrita, “na qual se inserem as artes”. Segundo o autor,

[...] Aqui verifica-se uma produção elaborada com a intenção explícita de construir determinados sentidos e de alcançar algum tipo de público, mediante linguagens específicas, como a dança, o teatro, o cinema, a música ou as artes visuais, por exemplo. Falamos das manifestações artísticas, que dependem da existência e do apoio de instituições. Nesse sentido, trata-se de uma organização do campo da produção cultural que permita a formação ou o aperfeiçoamento daqueles que pretendem entrar em circuitos específicos de produção; que crie espaços ou meios que possibilitem a apresentação de seus resultados (ou obras) ao público; que desenvolva programas ou projetos de estímulo; que crie órgãos de financiamento para os produtores; que estabeleça legislações de proteção e de incentivo. Em outras palavras, consideramos aqui um circuito organizacional que estimule, por diversos meios, a produção, a circulação e o consumo de bens simbólicos, em particular das artes (BOTELHO, 2016, p.42).

Desta forma, diante da complexidade do campo da cultura, suas dimensões e especificidades, o gestor cultural não pode ser um intermediador comissionado, como um corretor ou um despachante que conhecedor de trâmites burocráticos é remunerado para o simples despacho de processos e documentos, assim como não deve ser um assessor político exercendo função na “política de balcão”¹. O gestor necessita ter autonomia e estar comprometido com a sociedade e com a cultura.

Botelho (2016) afirma que a cultura é mais do que um bem coletivo, é uma tradição a ser preservada, também é uma produção coletiva e que incorpora o novo, ou seja, a cultura é dinâmica. Assim,

[...] Quando falamos em propiciar acesso a ela, estamos falando de algo complexo, que envolve o que vem mais de perto (a produção local) e o que vem mais de longe (a produção nacional e internacional) no espaço e no tempo, na geografia e na história. No limite, está em jogo todo o patrimônio cultural até agora produzido pela humanidade, repertório do qual extraímos nossas escolhas e que nos propicia o desenvolvimento da vida cultural e o exercício contínuo da criação. Essa herança, ao mesmo tempo que nos enriquece, reelabora esse mesmo patrimônio que é aberto, sempre incorporando as novas criações. A grande aposta é conseguir uma interação com esse

¹ Modelo de gestão política marcado por acordos tratados fora da burocracia oficial de Estado, ou seja, caracterizam-se pela informalidade e pela falta de transparência. Denúncias e investigações do Ministério Público Federal-MPF, da Controladoria Geral da União-CGU, da Polícia Federal-PF, entre outras instituições, apontam que a “política de balcão” também favorece a corrupção. (Nota dos autores)

patrimônio, trazendo a contribuição a partir do que tem raízes locais em constante diálogo com aquilo que é mais ou menos distante. E então chegamos a um aspecto importante de gestão cultural (BOTELHO, p.43).

Um dos aspectos da gestão cultural diz respeito a democratização da cultura, sobre a qual é importante ressaltar que democratizar não é a ideia simplista de proporcionar acesso àquilo que é considerado cultura erudita, realização de uma pequena elite cultural e, que geralmente é constituída em sua maioria por membros das elites econômicas, em outras palavras, a gestão cultural não pode estar a serviço dos herdeiros. E, sobre a questão duas obras do sociólogo francês Pierre Bourdieu são importantes para conhecermos sobre quem são os herdeiros e sobre quem são os frequentadores de museus na Europa, são elas: Os herdeiros: os estudantes e a cultura (BOURDIEU; PASSERON, 2018) e Amor pela Arte: os museus de arte na Europa e seu público (BOURDIEU; DARBEL, 2018).

Neste sentido,

Como pensar a articulação do perto e do longe? Como pensar a gestão aberta e ciente do valor da tradição no âmbito de municípios que têm, em sua vida cultural, uma intensa rede de manifestações da cultura popular? Para pensar uma política e uma gestão de cultura que sejam eficazes, é preciso conhecer o que acontece em seu entorno e traçar metas de desenvolvimento do repertório de informação cultural de determinada comunidade sem preconceitos elitistas ou populistas. Nessas duas direções, ou seja, naquela que vai da cultura popular à expansão do cenário nacional e internacional, e naquela que vai do repertório universal à sua incorporação por contingentes maiores da população, está em pauta a questão da democracia cultural e do exercício da cidadania (BOTELHO, p.43).

Portanto, quando se fala em democratização da cultura, os gestores culturais precisam atentar que muitas vezes estratégias políticas no campo da cultura não corroboram para que a população marginalizada acesse os aparelhos culturais, é o que demonstram algumas pesquisas que apontaram que muitas vezes,

[...] os altos investimentos na construção de espaços culturais voltados para essa Cultura e para o rebaixamento de preços de espetáculos não haviam alterado o quadro de desigualdade de acesso da população à produção legitimada. Na verdade, tais políticas privilegiam aqueles que já são consumidores dessas práticas, indivíduos que, em função dos subsídios dados pelos poderes públicos, vão mais ao teatro, compram mais livros, assistem a mais concertos e assim por diante (BOTELHO, p.45).

Outra questão muito importante, fundamental para esta discussão é que “[...] existem culturas no plural e que a cultura erudita é apenas uma dentre as diversas expressões possíveis”, assim como “[...] não existe um único público, um público uniforme. Eles são tão diversos quanto as diferentes expressões culturais” (BOTELHO, p.45), e desta forma, hoje um dos objetivos desta discussão é a substituição do paradigma da democratização cultural, pois

[...] são as políticas que tem como foco a democracia cultural, que tem por princípio favorecer a expressão da diversidade cultural. Ao invés de concentrar todo o esforço na condução de todos às

mesmas fontes (museus, concertos por exemplo), ela deve fornecer aos diversos segmentos da população os meios de desenvolvimento de expressões que, dialogando ou não com a cultura tradicional, estejam em sintonia com suas próprias necessidades e exigências. A democracia cultural pressupõe a existência de vários públicos, no plural, com suas necessidades, suas aspirações próprias e seus modos particulares de consumo e fruição, tanto na cultura local quanto naquela que pertence a um universo mais amplo, nacional ou internacional. Sob essa nova perspectiva, o desafio é maior e, acredito, mais legítimo. Saímos de um campo unidirecional, cheio de certezas, que indicava qual cultura deveria ser privilegiada, para o universo da diversidade cultural, tanto no fazer quanto na recepção desse fazer (BOTELHO, p.45).

E, infelizmente um grande número de instituições e agentes culturais (gestores, produtores, curadores, etc.) apresentam-se como conservadores, ou seja, trabalham para a manutenção do sistema elitista, corroborando para com a preservação do eruditismo e do classismo. Ora, trata-se de um conjunto de aspectos sobre os quais Cauquelin (2005) alerta que existem relações complexas no campo da arte (podemos estender as reflexões mais gerais sobre o campo da cultura), relações que funcionam como mecanismos que validam e contribuem para com a circulação, propagação e eficácia das imagens e dos artistas, ou seja, há um sistema e atores responsáveis pela aura da obra de arte. E, esta aura condiciona tanto os julgamentos estéticos como influencia o plano econômico e, portanto, é possível verificar a obra de arte como mercadoria.

O mesmo pode-se ser observado no campo da produção cultural, valores distorcidos em função de um sistema desumano, onde o sistema estabelecido funciona a favor daqueles que detém poder econômico e simbólico. E, no que diz respeito ao poder simbólico,

[...] é necessário saber descobri-lo onde ele se deixa ver menos, onde ele é mais completamente ignorado, portanto, reconhecido: o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem (BOURDIEU, 1989, p.7).

Outro aspecto apontado por Bourdieu (1989, p.10), diz respeito as reflexões apresentadas pela tradição marxista sobre as funções políticas, ou em outras palavras, “as produções simbólicas como instrumento de dominação”. Para o autor,

[...] As ideologias, por oposição ao mito, produto coletivo e coletivamente apropriado, servem interesses particulares que tendem a apresentar como interesses universais, comuns ao conjunto do grupo. A cultura dominante contribui para a integração real da classe dominante (assegurando uma comunicação imediata entre todos os seus membros e distinguindo-os das outras classes); para a integração fictícia da sociedade no seu conjunto, portanto, à desmobilização (falsa consciência) das classes dominadas; para a legitimação da ordem estabelecida por meio do estabelecimento das distinções (hierarquias) e para a legitimação dessas distinções. Este efeito ideológico, produ-lo a cultura dominante dissimulando a função de divisão na função de comunicação: cultura que une (intermediário de comunicação) é também cultura que separa (instrumento de distinção) e que legitima as distinções compelindo todas as culturas (designadas como subculturas) a definirem-se pela sua distância em relação à cultura dominante (BOURDIEU, 1989, p.10).

E, ainda,

[...] os “sistemas simbólicos” cumprem sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuindo assim, segundo a expressão de Weber, para a “domesticação dos dominados” (BOURDIEU, 1989, p.11).

Portanto, ao se considerar que há uma relação de poder no campo da cultura e que esta relação pode ser, denominada “violência simbólica”, suscita refletir o papel dos gestores culturais nos contextos sociais, como já dito anteriormente, o gestor cultural não deve se portar como um despachante, corretor, ou advogado do ideário das elites dominantes, e ainda, precisa estar atento as influências exercidas pelo sistema econômico, que na pós-modernidade está marcado pelos princípios neoliberais e que se mostra desumanizado e despersonalizado, pois as grandes corporações já não mais representam as antigas oligarquias, mas sim, o capital especulativo representado pelas Bolsas de Valores de todo o mundo, destacando-se nesta conjuntura uma pequena elite constituída por diretores e presidentes daquelas empresas de capital aberto, os quais também surgem no campo da cultura como atores, como aponta WU (2006, p.33), que

[...] o conceito de capital cultural de Bourdieu oferece um instrumento analítico útil, sobretudo quando associado à noção de grupo de *status* de Max Weber e aos textos contemporâneos do sociólogo norte-americano Paul DiMaggio e de outros intelectuais que se dedicaram ao tema das elites corporativas em relação à economia política do capitalismo. Esses homens poderosos vestidos de ternos cinzentos – parafraseando a descrição dos capitalistas culturais feita por DiMaggio – são “os gestores culturais capitalistas”.

Wu (2006, p.34) ainda destaca que esses executivos

[...] Dividem entre si as mais importantes diretorias de várias corporações; são ativos não apenas em associações empresariais e clubes exclusivos, mas também em curadorias de instituições de caridade e culturais no país. Em outras palavras, tal como os antigos empreendedores, essas elites corporativas lutam para manter e consolidar sua posição e seu *status* dominantes na vida corporativa e social por meio de uma intrincada rede de relações econômicas e sociais. Engajar as companhias que comandam as artes e as atividades culturais é parte dessa estratégia.

Ora, o capitalismo exerce uma influência perniciosa no campo da arte e da cultura, fazendo com que o ser humano e suas realizações não passem de mercadorias. E, neste interim, as elites dominantes rechaçam qualquer forma de reação, de

[...] manifestação intelectual ou artística – ou seja, manifestação essencialmente humana que, como tal, se queira manter – que não se submeta, inconteste, ao modo de produção capitalista; que, de uma ou outra forma, negue-se a servir-lhe como mercadoria para a produção de lucro (PEIXOTO, 2003, p.23).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, a partir das reflexões realizadas, reafirma-se que o papel dos gestores culturais na sociedade, seja exercendo a gestão cultural em qualquer âmbito, seja planejando, executando, monitorando, pesquisando, preservando, promovendo, administrando ou assessorando, deve estar pautada pela ética, assim como devem pensar o campo da cultura em sua complexidade, considerando a complexidade e a diversidade do ser humano e das culturas, contribuindo para a promoção cultural para a sociedade e pela sociedade. Mas, se aqueles preferirem optar pela manutenção do *status quo* burguês, renunciando voluntariamente a liberdade, trocando-a por valores monetários ou pelo *status* social, ou por ambos, somente lamentaremos e, quiçá, denunciaremos como inimigos do povo.

Chauí (2021) afirma que a ética e a política estão no campo do possível. Assim, imbuídos de ética façam política, pois é na ação política que os gestores culturais esclarecidos e comprometidos com a sociedade não contribuir para que o campo da cultura deixe de ser um “clube elitista” e passe a ser um meio de grandes transformações das realidades sociais. Ora, como afirma Gutierrez (1988, p.12) que “a participação política é um direito que todo cidadão pode e deve exercer. Fazer política é inerente ao ser mesmo do homem, é essencial e suas atividades porque é uma dimensão da vida pessoal e social”, e, o autor (1988, p.13) ainda afirma que “restringir a ação política é fazer do homem um autômato a serviço de interesses alheios”.

Desta forma, como que o gestor cultural pode agir politicamente em defesa dos interesses da sociedade, sem apresentar o sintoma de um autômato? É possível encontrar excelentes reflexões que podem responder a estas e a outras questões em Mata-Machado (2023), Botelho (2016), Chauí (2024), Rubim (2022) entre outros.

Contra qualquer forma de utilitarismo neoliberal e contra qualquer forma de violência simbólica...
Ubuntu!

REFERÊNCIAS

- BOTELHO, I. Dimensões da cultura: políticas culturais e seus desafios. São Paulo: Edições SESC São Paulo, 2016.
- BOURDIEU, P. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- BOURDIEU, P; DARBEL, A. O amor pela arte: os museus de arte na Europa e seu público. Porto Alegre: ZOUK, 2018.
- BOURDIEU, P; PASSERON, J.C. Os herdeiros: os estudantes e a cultura. Florianópolis: UFSC, 2018.
- CAUQUELIN, A. Arte contemporânea: uma introdução. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- CHAUÍ, M. Cidadania cultural: política cultural e cultura política novas. Belo Horizonte: Autêntica, 2024.
- CHAUÍ, M. Contra a servidão voluntária. Belo Horizonte: Autêntica; São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2021.
- GAULEJAC, V. Gestão como doença social. Aparecida: Ideias e Letras, 2007. MATA-MACHADO, B. Política cultural. São Paulo: Edições SESC São Paulo, 2023.
- GUTIÉRREZ, F. Educação como práxis política. São Paulo: Summus, 1988.
- PEIXOTO, M.I.H. Arte e grande público: a distância a ser extinta. Campinas: Autores Associados, 2003.
- RUBIM, A.A.C. Políticas culturais: diálogos possíveis. São Paulo: Edições SESC São Paulo, 2022.
- WU, C.T. Privatização da cultura: a intervenção corporativa nas artes desde os anos 80. São Paulo: Boitempo, 2006.